

## **Gestão Socioambiental**

### **Usina Hidroelétrica de Tucuruí: enfoques sociais e preservação ambiental**

#### **AUTORAS**

**MILENA MOSCARDINI NABELICE GUASTI LIMA**

Universidade de Franca

fabiano@francanet.com.br

**AMANDA VIEIRA MARTINS**

Universidade de Franca

amanda-martins@uol.com.br

#### **Resumo**

O Governo Federal tem investido em construção de usinas hidroelétricas, devido a grande preocupação com futuros blecautes que possam vir a ocorrer no país. E, para obtenção dessa energia, detêm-se grandes potenciais hídricos. A presente pesquisa relata acerca da Usina Hidroelétrica de Tucuruí e, ainda visa comprovar e questionar a problemática social às indenizações pagas pelo Estado, fruto de uma responsabilidade civil ocasionada pela construção da obra, e também demonstrar os benefícios trazidos, pela realização da mesma, a uma região desprovida das necessidades mais básicas de existência para o ser humano, sendo estas garantias constitucionais e obrigação de seus respectivos governantes. Tratar-se-á desse assunto em relação às preocupações do Governo, com a sociedade local, ou seja, a efetiva melhora das condições de vida das populações diretamente atingidas pela a formação do lago da usina, e também a preocupação ambiental do Governo, em se tratando dos animais, índios e plantas tropicais da região. Assim, o trabalho utilizou a pesquisa exploratória e bibliográfica da literatura para a demonstração dos objetivos e justificativas.

**Palavras Chaves:** responsabilidade social , usina hidroelétrica, ambiental

#### **Abstract:**

The Federal Government has been investing in construction of hydroelectric plants, due to great concern with futures blackouts that can come to happen at the country. And, for obtaining of that energy, they stop great potentials. To present research tells concerning the Hydroelectric Plant of Tucuruí and, it still seeks to prove and to question the social problem to the compensations pay for the State, fruit of a civil responsibility caused by the construction of the work, and also to demonstrate the brought benefits, for the accomplishment of the same, to a without area the most basic needs of existence for the human being, being these constitutional warranties and their respective rulers' obligation. It will be dealt with that matter in relation to the Government's concerns, with the local society, in other words, the effective improvement of the conditions of life of the populations directly reached by the formation of the lake of the plant, and also the government's environmental concern, in if treating of the animals, Indians and tropical plants of the area. Like this, the work used the exploratory and bibliographical research of the literature for the demonstration of the objectives and justifications.

**Key-Words:** Social responsibility, Hydroelectric power station, Environmental

## 1. Introdução

De acordo com o artigo 37, § 6º da Constituição Federal de 1988 (2004, p. 45), “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos responderão por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

Maria Sylvia Di Pietro (2002, p.524) enuncia que “a responsabilidade extracontratual do Estado corresponde à obrigação de reparar danos causados a terceiros em decorrência de comportamentos comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos, lícitos ou ilícitos, imputáveis aos agentes públicos<sup>1</sup>”. Afinal, no Direito Administrativo, diferente do que ocorre no Direito Privado, a responsabilidade do Estado pode originar-se de atos que mesmo sendo lícitos, ocasionem a determinadas pessoas um ônus superior àquele imposto ao restante da sociedade.

Segundo Elcio Trujillo (1996), a responsabilidade do Estado, que se origina com a prática de um ato lícito, diz respeito à obrigação estatal de reparar danos imputados a terceiros decorrentes da necessidade do interesse público, em conseqüência disso, sacrificando o interesse particular. Esta responsabilidade se encaixa nas obrigações estatais que resultam de atos legais.

Houve uma grande evolução da doutrina no que diz respeito à responsabilidade do Estado e nesse sentido aponta Weida Z. Brunini (1981, p.21), “que a evolução do instituto deu-se em conseqüência da evolução do princípio da legalidade, da teoria filosófica organicista e da própria evolução do Estado de Direito”<sup>2</sup>.

Os atos praticados pelo poder estatal devem, acima de tudo, ser justos e capazes de promover o bem estar social e o desenvolvimento integral da sociedade, uma vez que este bem estar não poderá negligenciar os interesses individuais, que são legalmente assegurados.

Será utilizado, para o desenvolvimento desta pesquisa, como exemplo de ato lícito praticado pelo Estado no exercício de suas funções e gerador de responsabilidade social para o mesmo, a construção da Usina Hidroelétrica - UHE de Tucuruí, no estado do Pará, e com isso demonstrar a preocupação estatal dispensada aos sete municípios atingidos pelo entorno da barragem.

Trata-se de reparos sociais e ambientais que foram motivo de grande preocupação por parte do Estado, no exercício de suas funções, durante o andamento das obras da UHE no município de Tucuruí.

Desta forma, observa-se que o Estado, preocupado com o bem estar da coletividade, causa danos a uma minoria, porém recompõe os danos causados não apenas na forma de indenização, que seria a responsabilidade civil, como também se preocupa, com a infra-estrutura social e ambiental.

Tema de grande relevância no Direito Público, a responsabilidade social do Estado pela prática de ato lícito é matéria complexa que evoluiu rapidamente da fase da irresponsabilidade para a responsabilidade atual.

Nos dias atuais, segundo Elcio Trujillo (1996, p.15), “o Estado se submete ao mesmo ordenamento jurídico imposto aos particulares que é regido pelo regime democrático de direito, cujo ideário de justiça social constitui a base, tendo a legalidade como regra, e a igualdade por princípio<sup>3</sup>”.

---

<sup>1</sup> DI PIETRO, M. S. Z. *Direito administrativo*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 524.

<sup>2</sup> BRUNINI, W. Z. *Da responsabilidade extracontratual da administração pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981. p. 21.

<sup>3</sup> TRUJILLO, E. *Responsabilidade do estado por ato lícito*. São Paulo: Editora de Direito, 1996. p. 15.

Houve exacerbação da opinião pública, por razões políticas, com relação a construção da hidrelétrica, contudo observou-se que poderia ocorrer um possível colapso no abastecimento de energia elétrica na região, justificando-se assim a importância de tal obra estatal para a sociedade.

A questão principal reside na viabilidade da execução da obra em estudo, de envergadura e a responsabilidade social e ambiental do Estado sendo cumprida, gerando a recomposição dos danos e estruturas representando ganhos palpáveis a população da região sul do Estado do Pará.

Os benefícios sociais proporcionados pelo Estado à região onde a UHE foi instalada, se dão, não apenas pela simples instalação da usina, mas, também, pelo Plano de Inserção Regional de Tucuruí – PIRTUC.

Em relação à recomposição ambiental na região do entorno, tratar-se-á no que diz respeito à flora, fauna, solo, recursos minerais, qualidade da água, operação curupira.

De início, foi feito um estudo histórico a respeito da construção da Hidroelétrica de Tucuruí, buscando dados sobre o surgimento e sua evolução ao longo do tempo. E em seguida, a antiga situação dos respectivos municípios atingidos com a formação do lago da usina, bem como a decretação da área, como sendo de utilidade pública.

Por fim, os aspectos sociais e ambientais, que dão sentido a presente pesquisa, sendo encerrada com a atual situação dos municípios da área do entorno.

Estes procedimentos implicaram na realização de pesquisas bibliográficas e documentais e seguiram um caminho dedutivo, no sentido de se tentar explicar realidades particularizadas em face de princípios gerais referentes à teoria da responsabilidade do Estado por ato lícito. Sendo utilizada para tanto, história oral, por meio de entrevistas e depoimentos da população local, para demonstrar que o ônus assumido pelo Governo federal, no caso em análise, foi maior do que lhe cabia.

O trabalho ora apresentado tem por objetivo geral, demonstrar o cumprimento da responsabilidade social do Estado, integralmente, na recomposição dos danos sociais, causados a terceiros, decorrentes de ato lícito destinado a promover benefícios em favor da coletividade, decorrente da construção da UHE da Tucuruí.

Analisar a viabilidade da execução da obra em estudo, de envergadura e a responsabilidade social do Estado sendo cumprida, gerando a recomposição dos danos e estruturas, representando ganhos palpáveis a população da região sul do Estado do Pará, que se dão, não apenas pela simples instalação da usina e o conseqüente pagamento das respectivas indenizações, mas, também, pelo Plano de Inserção Regional de Tucuruí - PIRTUC, feito entre o Governo Federal e os respectivos governantes de cada Município da região inundada pela represa.

Como conseqüência do objetivo anterior ressaltar como se deu à implantação do plano de Inserção Regional, e que este, tem a participação do Governo do Estado, das Prefeituras dos Municípios do entorno da Usina, e do Governo Federal, através da ELETRONORTE.

Apontar a possibilidade do o Plano de Inserção Regional de Tucuruí – PIRTUC, no sentido de que foi pioneiro no país, e que mesmo sendo tão criticada, a UHE de Tucuruí serve de exemplo para várias outras Usinas espalhadas pelo Brasil, não podendo, dessa forma, ser considerada um erro nacional, como pretendemos demonstrar no desenvolver desta pesquisa. Não ignorando o fato de que, para a época, tudo o que foi feito, ou melhor, todos os estudos e projetos desenvolvidos para a construção da UHE de Tucuruí, servem de modelo, segundo a ELETRONORTE, para mais de 70 projetos de usinas na região Amazônica, não podendo, desse modo, ainda ser considerada, sua construção, um equívoco.

## **2. Municípios Atingidos Pela Construção Da Usina Na Década De 70**

Obviamente, todas as coisas têm dono. Ou são particulares, ou pertencem a algum tipo de organização social, religioso ou política, como a União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Por isso, a construção de uma usina, principalmente do porte da UHE de Tucuruí, implica na aquisição de enormes quantidades de terra, a fim de que seja possível a liberação da área necessária para a formação do lago da Usina.

As providências preliminares atinentes à construção da UHE começaram a ser adotada muito antes da decretação<sup>4</sup> de utilidade pública da área que formaria o lago.

Assim, mediante pacientes estudos, foram elaborados planta e memorial descritivo da área a ser declarada de utilidade pública e daquela outra passível de inundação<sup>5</sup>, com a construção da 1ª etapa do projeto Tucuruí, ensejando todo o trabalho que posteriormente foi executado.

Com base nesses estudos foi, finalmente, solicitada a declaração de utilidade pública da área contida no polígono, alcançando parte dos Municípios de Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Capim, Tucuruí e alguns vilarejos e distritos, todos no Estado do Pará, prevendo-se uma área ao nível da cota + 72 metros, efetivamente inundável de 243.000 ha, da qual 216.000 ha correspondentes à área do espelho d'água do reservatório na calha do Tocantins e 27.000 ha correspondentes à área a ser inundada, na bacia do rio Caraiapé.<sup>6</sup>

### **2.1 Utilidade Pública da Área do Entorno e Cadastramento da População Local**

A 3 de novembro de 1976, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Decreto nº 78.659 (LEX, 1976, v.40, p.797), em anexo, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras e benfeitorias de propriedade particulares, necessárias à implantação do canteiro de obras e reservatório da UHE de Tucuruí, totalizando 818.437,49 ha<sup>7</sup>, no Estado do Pará, que diz: “Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias, necessárias à implantação do canteiro de obras, e demais unidades de serviço, bem como à formação do reservatório da UHE de Tucuruí da ELETRONORTE, localizada no Estado do Pará.”

Munida de instrumento legal, pôde a ELETRONORTE, efetivamente, iniciar os trabalhos de desapropriação, tendo, para tanto, contratado a empresa de Construções e Topografia Basevi Ltda<sup>8</sup> para elaborar o cadastramento e identificar os ocupantes de todas as posses ou propriedades até a Cota +76m, assim como para avaliar as benfeitorias produtivas e não produtivas à época, encontradas na área do futuro reservatório a ser formado com a construção da 1ª etapa do projeto, tendo o contrato sido assinado a 03 de maio de 1978 e o trabalho concluído em fevereiro de 1979<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> ELETRONORTE. Disponível em: <<http://www.eletronorte.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2004.

<sup>5</sup> COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.caesb.df.gov.br/saneamentorural/basevi.asp#>>. Acesso em: 21 set. 2004.

<sup>6</sup> COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, op. cit., acesso em: 25 set. 2004.

<sup>7</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí, op. cit., p. 33.

<sup>8</sup> COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, op. cit., acesso em: 27 set. 2004.

<sup>9</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí, op. cit., p. 37.

Pelo referido cadastramento, que foi feito pela empresa de Construções e Topografia Basevi Ltda, segundo o site da ELETRONORTE, ficamos cientes de que encontraríamos, na área do reservatório, (1ª etapa) 1.750 famílias, com um contingente de, aproximadamente, 9.500 pessoas.

De acordo com a ELETRONORTE, ocorreu a decisão de serem efetuadas, concomitantemente às obras para a construção da Usina, e também a transposição do barramento que propiciaria a navegação do rio, o cadastramento de novas áreas, na bacia do rio Caraipé. Iniciado em 1980, gerou 130 processos de desapropriação sem grandes conflitos, já que não houve problemas com a população local, nem tampouco, com as grandes propriedades, estando, já em 1982, 120 desses processos concluídos<sup>10</sup>.

Além da área acima da Cota envoltória +76m, a ELETRONORTE teve necessidade de liberar, a partir de 1980, outras áreas, destinadas à implantação de cidades, vilas, aeroportos, etc. O que fez com que os números crescessem consideravelmente<sup>11</sup>.

Assim, as dificuldades para atingir todos os quadrantes das áreas desapropriadas, a grande mobilidade das populações aí encontradas e, até mesmo, a impossibilidade de manter-se uma segura vigilância sobre tão vasta área, fizeram com que aqueles números iniciais fossem dilatados, em novembro de 1982, para as cifras de 3.152 famílias, com 15.637 pessoas, como se mostrará no quadro a seguir:

**Tabela:** Demonstrativo das populações atingidas (novembro de 1982)

Áreas	Localidades	Nº famílias	População
	ALTAMIRA	013	067
	BREU BRANCO	122	630
	IPIXUMA	095	491
	ITUPIRANGA	001	005
<b>Urbanas</b>	JACUNDÁ	116	599
	JACUNDAZINHO	015	077
	JABOTAL	153	196
	REMANSÃO	033	170
	REPARTIMENTO	362	1.871
<b>Urbanas</b>	STA. TEREZA TAUIRY	086	444
	VILA DELPHOS	125	646
	<b>Subtotal</b>	<b>1.121</b>	<b>5.196</b>
	CANTEIRO DE OBRAS	011	056
	ÁREA EXPERIMENTAL 01	001	005
	AREA EXPERIMENTAL 02	004	020
	AREA EXPERIMENTAL 03	051	263
	GLEBA 01	001	005
	GLEBA 02	161	832
	GLEBA 03	024	124
<b>Rurais</b>	GLEBA 04	169	873
	GLEBA 05	082	423

<sup>10</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí, op. cit., p. 33.

<sup>11</sup> Ibid.

Áreas	Localidades	Nº famílias	População
	GLEBA 06	180	930
	GLEBA 07	015	077
	COTA +35	237	1.225
	COTA +76	869	4.492
	NOVA JACUNDÁ	017	037
	PA-263 – MOJU	083	429
	NOVO BREU BRANCO	007	036
	VALE DO CARAIPÉ	115	594
	NOVO REPARTIMENTO	004	020
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.031</b>	<b>10.441</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.152</b>	<b>15.637</b>

Sobre o meio ambiente na Usina Hidroelétrica de Tucuruí, 1985/1987.

Fonte: ELETRONORTE, 1982.

## 2.2 Histórico dos Municípios

Antes de tratar do histórico de cada município, de modo específico, vale ressaltar que todos os lugares atingidos, pela construção da UHE de Tucuruí, e a conseqüente formação do lago da represa, não possuíam infra-estrutura suficiente para manter-se como um município independente.

Foi graças à construção da Usina, que os municípios atingidos conseguiram a tão sonhada independência política e, por conseguinte, a “independência econômica”.

Essa “independência econômica” é muito interessante, pois se analisarmos todo o histórico da região sul do Estado do Pará, com o advento da construção da Usina, chegaremos à conclusão de que, no primeiro momento, não houve independência econômica propriamente dita, posto que o Governo Federal, por meio da ELETRONORTE, empresa subsidiária da ELETROBRÁS, forneceu, durante esse processo de independência, toda a infra-estrutura necessária e os subsídios, para que os referidos municípios se organizassem e se estruturassem a fim de que pudessem caminhar, de certo modo, sozinhos, pois a ELETRONORTE não deixou de fornecer toda ajuda necessária para que tais cidades continuassem a crescer.

### 2.2.1 Município de Repartimento

Chamado atualmente de Novo Repartimento, possuía população inicial de 1.871 hab. e um total de 362 famílias<sup>12</sup>.

A origem do município de Repartimento está relacionada à tribo indígena Parakanã, à construção da Transamazônica e à construção da UHE de Tucuruí.

O nome Repartimento, segundo historiadores, teve origem com os índios Parakanãs, os quais o denominaram Repartimento, um rio que fazia a divisão de suas terras.

A vila de Repartimento foi a denominação dada ao local onde se fixou a povoação oriunda do acampamento da Empresa Mendes Júnior, Construtora da Rodovia Transamazônica<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí, op. cit., p. 34.

<sup>13</sup> MUNICÍPIO de Novo Repartimento: princesinha da Transamazônica. Disponível em: <[http://www.pa.gov.br/conhecao\\_para/novorepartimento.asp](http://www.pa.gov.br/conhecao_para/novorepartimento.asp)>. Acesso em: 9 jul. 2004.

O município de Repartimento é conhecido como a “Princesinha da Transamazônica”, no entanto, ninguém sabe a origem desse apelido. Ele foi criado pela Lei 5.702, de 13 de dezembro de 1991, e foi desmembrado dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Pacajá.

Localizado no sudeste Paraense, às margens da rodovia Transamazônica e com clima quente e úmido, o município de Repartimento pertence a mesorregião do sudeste paraense e à microrregião de Tucuruí. Limita-se com os municípios de Tucuruí, Goianésia, Jacundá, Itupiranga, Marabá, São Felix do Xingu, Senador José Porfírio e Pacajá<sup>14</sup>.

### **2.2.2 Município de Goianésia do Pará**

O município de Goianésia é uma parte de Goiás no Estado do Pará, segundo a história do município, localizada em sua prefeitura municipal.

O povoado que deu origem ao município de Goianésia do Pará começou a ser formado às margens da rodovia PA-150, porém, mais tarde, a abertura da PA-263 atraiu vários imigrantes para a região em busca de trabalho<sup>15</sup>. Centenas de pessoas, então, por lá acabaram ficando.

Contudo, a imigração tornou-se um problema, pois havia pouca terra para muita gente. Por isso, segundo historiadores, os conflitos, pela posse de terra, não demoraram a acontecer.

Após enormes pressões, o dono de uma fazenda da redondeza acabou doando uma grande área para o assentamento das famílias dos trabalhadores, e em troca fez um pedido: que o local fosse chamado de Goianésia, nome de sua cidade natal, em Goiás.

Dessa forma, nasce em dezembro de 1991 o município de Goianésia, localizado no sudeste do Estado do Pará, a 292 quilômetros de Belém.

O município foi criado pela Lei 5.686, de dezembro de 1991.

### **2.2.3 Município de Nova Ipixuna**

O município de Nova Ipixuna foi criado através do desmembrado de outros dois municípios, os quais são: Itupiranga e Jacundá, formando dessa forma, uma pequena vila.

Até 1997, a antiga vila ficou sob a jurisdição da Prefeitura Municipal de Jacundá.<sup>16</sup>, apenas com o nome de Ipixuna.

Nova Ipixuna foi criada em 20 de outubro de 1993, pela Lei 5.792 de 1993<sup>17</sup>, e como já foi dito resultou de um desmembramento de municípios.

Faz parte da Mesorregião do Sudeste do Pará e da Microrregião de Redenção.

### **2.2.4 Município de Jacundá**

Jacundá, inicialmente, pela Lei nº 8, de 31 de outubro de 1935, pertencia ao Município de Marabá, apenas como um pequeno Distrito<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup>MUNICÍPIO de Novo Repartimento: princesinha da Transamazônica, op. cit.

<sup>15</sup> MUNICÍPIO de Goianésia do Pará: Goianésia do Pará um pedacinho de Goiás no Pará. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/goianesia.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2004.

<sup>16</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí, op. cit., p. 35.

<sup>17</sup> MUNICÍPIO de Nova Ipixuna. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/novaipixuna.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2004.

<sup>18</sup> MUNICÍPIO de Jacundá. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/jacunda.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2004.

Tal situação permaneceu com o Decreto-Lei nº3.131, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, e que passou a vigorar no quinquênio 1939-1943<sup>19</sup>. Com a Lei nº 62, de 31 de dezembro de 1947, os Distritos de Jacundá e Itupiranga foram desmembrados de Marabá para formar o novo Município de Itupiranga<sup>20</sup>.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, em 31 de dezembro de 1948, de acordo com a Lei nº 158, Jacundá pertencia ao Município de Itupiranga, na condição de distrito, ao lado do distrito-sede da região.

Ainda de acórdão com a Prefeitura Municipal da cidade, em 29 de dezembro de 1961, no governo de Aurélio do Carmo, através da Lei nº 2.460, foi criado o Município de Jacundá, desmembrando-o, então, de Itupiranga.

Em dezembro de 1980, o Município de Jacundá teve sua sede transferida, das margens do rio Tocantins, para a localidade de Arraia, às margens da Rodovia PA-150, em virtude da necessidade de remanejamento da população ribeirinha, do rio Tocantins, para formação do grande lago da Hidroelétrica de Tucuruí<sup>21</sup>.

Importante ressaltar que, mesmo antes da construção da Hidroelétrica de Tucuruí e formação do reservatório de água referente à sua construção, o distrito de Jacundá já sofria com os problemas decorrentes das enchentes, ocasionadas pelas cheias do rio Tocantins.

Arraia, nome dado à localidade para onde foi transferido o distrito de Jacundá, na condição de sede municipal, passou a denominar-se Jacundá<sup>22</sup>, formando os dois, dessa forma, um único distrito do Município chamado, Nova Jacundá, que em 1982, logo que foi formado, contava com uma população de 17 famílias e 37 pessoas no total, que, em pouco tempo, teve um considerável aumento.

## 2.2.5 Município de Itupiranga

A origem do Município de Itupiranga está na povoação Lago Vermelho, fundado por volta de 1896, por extratores de caucho, vindos do Estado do Goiás<sup>23</sup>.

De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, inicialmente, o município de Itupiranga pertencia ao Município de Baião e, em 1915, foi desanexado, passando a fazer parte do novo Município de Marabá. Contudo, com a Lei nº 8, de 31 de outubro de 1935, Itupiranga passou a ser distrito de Marabá.

Como já foi dito anteriormente, o Decreto –Lei nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, a vigorar no quinquênio 1939-1943, Itupiranga manteve Itupiranga como distrito de Marabá. A mesma divisão continuou para o quinquênio 1944-1948, fixada pelo Decreto –Lei nº 4.505, de dezembro de 1943.

Em 31 de dezembro de 1947, segundo a Prefeitura de Itupiranga, através da Lei nº 62, os distritos de Itupiranga e Jacundá foram desanexados de Marabá para formar o Município de Itupiranga, que foi instalado em 14 de julho de 1948.

---

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí, op. cit., p. 42.

<sup>22</sup> Jacundá é o nome genérico de vários peixes da família dos Ciclídeos, como também, uma planta da família das Marintáceas e uma dança indígena que imita a pesca do peixe do mesmo nome.

<sup>23</sup> MUNICÍPIO de Itupiranga. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/itupiranga.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2004.



Gentil Bittencourt Cohen foi eleito e empossado como primeiro prefeito do Município de Itupiranga<sup>24</sup>. Como disposto na Lei nº 158, de 31 de dezembro de 1948, o Município era formado pelos distritos de Itupiranga e Jacundá.

Em 29 de dezembro de 1961, segundo dados do próprio município, pela Lei nº 2.460, Jacundá foi elevado à categoria de Município, sendo, portanto, seu território desanexado de Itupiranga<sup>25</sup>.

### **2.2.6 Município de Breu Branco**

Criado pela Lei nº 5.703, de 13 de dezembro de 1991 e publicado no Diário Oficial em 20/12/91, Breu Branco foi desmembrado dos Municípios de Tucuruí, Muju e Rondon do Pará<sup>26</sup>.

O nome da Vila de Breu Branco é originário da árvore que produz a resina utilizada na fabricação do breu, fartamente encontrada naquela região.

A elevação do Breu Branco à categoria de município é o resultado das lutas da comunidade para que tal fato ocorresse.

Na sua antiga condição de vila, Breu Branco não tinha poder para influir nas decisões referentes ao seu destino, permanecendo, muitas vezes, prejudicado por decisões não favoráveis à sua situação na época.

À distância do município mãe, que era Tucuruí, (cerca de 15 Km), dificultava, na época, a comunicação, inviabilizando diversos benefícios para a Vila, e acarretando sua estagnação.

O município se localiza ao Sul do Pará, na Microrregião de Tucuruí, possuindo um clima quente e úmido.

A cidade foi erguida a partir, da doação da ELETRONORTE, de algumas casas de madeira para a população. Cerca de 1200 pessoas foram transferidas para essas habitações, dando origem ao Município, localizado à margem direita da Hidroelétrica de Tucuruí.

### **2.2.7 Município de Tucuruí**

O município de Tucuruí<sup>27</sup> foi fundado em 1781 pelo governador e capitão-general, José Nápoles Telles de Menezes, mas não com este nome<sup>28</sup>.

Nessa época, o lugar era um povoado, com duplo caráter sobre a navegação do rio Tocantins, o fiscal e o militar.

Com o advento da Lei nº 661, de 31 de outubro de 1870, foi criada a Freguesia de São Pedro do Alto Tocantins, no lugar de Pederneiras, dentro do município de Baião sendo substituído, mais tarde, por São Pedro de Alcobaça, através da Lei nº 839, de abril de 1875<sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Itupiranga em julho de 2004

<sup>25</sup> Nome de origem tupi e significa Lago Vermelho ou Cachoeira Vermelha.

<sup>26</sup> GABRIEL, Vanessa. Município de Breu Branco. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/breubranco.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2004.

<sup>27</sup> Nome de origem Tupi, língua das várias tribos indígenas que ainda habitam a região. Para alguns autores o vocábulo viria de Tucuruí – gafanhoto e Y – rio; assim, Tucuruí + Y seria rios dos gafanhotos. Mas alguns autores, como Danúzio Pompeu, consideram essa uma interpretação equivocada. Fundamentando numa obra de Luiz Caldas Tibiriçá, Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi, o verbete Tucuruí viria de Tycu-roy – líquido frio, gelado. De acordo com autor, essa definição seria mais aceitável, porque nas imediações da cidade, os rios e os igarapés são de águas frías.

<sup>28</sup> REDIG, Danielle. Município de Tucuruí: potencial turístico nacionalmente reconhecido. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/tucurui.asp>>. Acesso em: 9 jul. 2004.

<sup>29</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí, op. cit., p. 37.

Essa denominação continuou até dezembro de 1943, quando, pelo decreto-lei nº 4.505 surgiu o nome Tucuruí<sup>30</sup>.

Somente quatros anos depois, no governo de Moura Carvalho, o município foi desmembrado de Baião, do qual fazia parte, tornando-se independente<sup>31</sup>.

As primeiras eleições para prefeito de Tucuruí aconteceram em 1948. Nesse ano, a Câmara Municipal foi instalada pela primeira vez<sup>32</sup>.

A colonização do lugar deveu-se à grande procura de pessoas pela região do Tocantins, não por causa das riquezas naturais, como também pela comunicação com o Estado do Goiás<sup>33</sup>.

Os primeiros estudos para a construção de uma UHE, com o objetivo de aproveitar o potencial do rio Tocantins e também evitar um futuro “apagão”, começaram por volta de 1957. Esses estudos iniciais continuaram pela década de sessenta, mas os trabalhos, como já foi dito anteriormente, só foram intensificados na década seguinte.

### 3. Início Do Século XXI

Iniciada na década de 90, a construção da 2ª etapa da Usina Hidroelétrica de Tucuruí é, hoje, a maior obra de construção civil do mundo ocidental. São 60 mil m<sup>3</sup> de concreto, que foram usados a cada mês durante sua construção. Isso significa, para se ter uma idéia comparativa, um Maracanã sendo construído a cada mês. Além disso, voltou-se a explorar a madeira, ainda submersa na 1ª etapa de construção da obra, sendo 122.653 hectares de madeira submersos, representando a recuperação de grande parte da floresta alagada pela represa.

Tucuruí, depois de concluídos os trabalhos da 2ª etapa da construção da obra, tornar-se-á a terceira maior usina hidroelétrica do mundo, com capacidade instalada e ampliada para gerar até 8.400 MW, perdendo apenas para China e Itaipú, esta última binacional.<sup>34</sup>

A ELETRONORTE é a 19ª sociedade anônima brasileira, segundo a Fundação Getúlio Vargas, no ano de 2000, com um patrimônio líquido de mais de R\$ 14 bilhões e receita anual superior a R\$ 1,1 bilhão.<sup>35</sup>

Atualmente, os desafios para o cumprimento de sua missão, são ainda maiores, considerando-se a região em que atua, a Amazônia Legal, cobrindo 5.800.00 km<sup>2</sup> do território nacional, mas abrigando apenas 11% da população brasileira.<sup>36</sup>

Atuar em uma região de floresta densa, sempre foi, sempre será, um desafio a quem se propõe a levar energia elétrica aos habitantes da área amazônica, atravessando, com suas linhas de transmissão, florestas fechadas e largos cursos d'água.

Todo o lago da UHE de Tucuruí, no Pará, atualmente, está abraçado por uma Área de Proteção Ambiental – APA, com 5.686 km<sup>2</sup> de extensão, dentre outras reservas de desenvolvimento sustentável, além de ser considerada área de segurança nacional.

Para a construção dessa 2ª etapa da obra foi necessário o alagamento de apenas 20 km<sup>2</sup> de uma região já desmatada na 1ª fase, tendo, a ELETRONORTE realizado estudo e enviado

---

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> REDIG, Danielle. Município de Tucuruí: potencial turístico nacionalmente reconhecido, op.cit.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí., op.c it., p. 39.

<sup>34</sup> ELETRONORTE. op. cit., acesso em: 17 set. 2004.

<sup>35</sup> ELETRONORTE. Eletronorte: balanço social 1998. Disponível em:

<[http://www.eletronorte.gov.br/pagina\\_27.htm](http://www.eletronorte.gov.br/pagina_27.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2004.

<sup>36</sup> ELETRONORTE. Cenários da Amazônia: perspectivas. Disponível em: <<http://www.eletronorte.gov.br/cena-amazonia.htm>>. Acesso em 19 jun. 2004.

relatório sobre impacto ambiental, que foi aceito pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM do Estado do Pará.<sup>37</sup>

Tratada antigamente como um erro, Tucuruí foi produto da era que muitos chamaram de “Brasil Grande” dos anos 70, quando a ditadura militar, que então estava no poder promoveu megaprojetos como a Rodovia Transamazônica.

#### 4. Conclusão

A represa de Tucuruí, além da maior inteiramente em território nacional, é citada pela ELETROBRÁS como modelo para mais de 70 outros projetos hidroelétricos, que o Governo Federal planeja construir na Amazônia.<sup>38</sup>

Ao passo que as concessionárias atuantes nas demais regiões brasileiras puderam contar com uma rede básica de transportes, comunicação e serviços de saúde, a ELETRONORTE foi compelida a desenvolver soluções próprias no desempenho de suas atividades. Com isso, novas tecnologias na implantação de projetos, soluções criativas para as condições de cada área e uma integração intensa e permanente com a sociedade, tornaram-se um imperativo para sua atuação na Amazônia.

Em dias atuais, não se pode tratar a região amazônica como um lugar inexplorado e totalmente desconhecido, tendo em vista os grandes projetos, não apenas governamentais já desenvolvidos que tornam a região norte do País um lugar bastante atrativo para novos investimentos.

Hoje são inúmeros os convênios com universidades e institutos de pesquisa, não somente da Amazônia, mas de todo o País, visando ao intercâmbio de informações, pesquisas e projetos específicos. Entre esses organismos estão a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Brasília, o Instituto de Medicina Tropical de Manaus, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, além de outras entidades federais e estaduais como o IBAMA, o INCRA, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a FUNAI, entre muitos.<sup>39</sup>

Com as Prefeituras, a ELETRONORTE tem mantido diversos convênios, possuindo como objetivo a cessão de imóveis, planos de urbanização, captação e tratamento de água, serviços de iluminação pública, conservação de energia, eficientização de prédios públicos, educação ambiental e programas de apoio a menores carentes, além do programa de educação em saúde, de extrema importância para a localidade, tendo em vista a vulnerabilidade da população local em relação às doenças tropical, bastante comum nessa região.<sup>40</sup>

De acordo com site da ELETRONORTE, em 25 anos de atuação na região Amazônica a empresa realizou investimentos superiores a US\$ 15 bilhões, destacando-se como a maior investidora e multiplicadora de riquezas em toda a área, conduzindo aos cofres públicos quase R\$ 100 milhões em impostos.<sup>41</sup>

Isso significa geração de empregos e uma contribuição efetiva para as exportações, com o fortalecimento de uma região até então desacreditada, discriminada e desprovida de recursos básicos existentes nos grandes centros.

---

<sup>37</sup> ELETRONORTE. op. cit., acesso em: 25 jun. 2004.

<sup>38</sup> ELETROBRÁS. op. cit., acesso em : 01 out. 2004.

<sup>39</sup> ELETRONORTE. Disponível em: <[http://www.eln.gov.br/pagina\\_28.htm](http://www.eln.gov.br/pagina_28.htm)>. Acesso em 10 set. 2004.

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Ibid.

Com a duplicação da Usina, esta passa a atender uma população de quase 17 milhões de habitantes, além das indústrias da região, que consomem metade da energia produzida, sem nenhum gasto.<sup>42</sup>

Após muitos rumores de que seria o maior erro já visto na história do País, Tucuruí tem hoje o maior vertedouro em operação do mundo, com 580m<sup>2</sup> e capacidade para verter 100.000m<sup>3</sup> de água por segundo, além, de estar sendo construído, paralelamente ao término da Usina, com fiscalização da ELETRONORTE e de inteira responsabilidade do Ministério do Transporte, um canal de eclusa. O canal é necessário porque obra de qualquer UHE provoca o seccionamento da hidrovía em que se localiza, sendo, atualmente, obrigatória à construção de eclusas.

## **Bibliografia**

BRASILIENSE, Ronaldo. *A última de Larry Rohter*. Disponível em:

<<http://www.amazonia.com.br/canais/turismo/para/tucuru/initial.asp>>. Acesso em: 8 ago. 2004.

BRUNINI, W. Z. *Da responsabilidade extracontratual da administração pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981. p.21.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em:

<<http://www.caesb.df.gov.br/saneamentorural/basevi.asp#>>. Acesso em: 21 set. 2004.

DECRETO nº 63.952, de 31 de dezembro de 1968. Cria Comitê Coordenador de Estudos em Ministério. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v.58, n.399, p.470, jan.1969.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito administrativo*. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.524.

ELETOBRAS. Disponível em: <<http://www.eletobras.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2004.

ELETRONORTE. Disponível em: <<http://www.eletronorte.gov.br/teses.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2003

ELETRONORTE. Disponível em:<<http://www.eletronorte.gov.br/meiotuc11.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2004.

LIVRO branco sobre o meio ambiente da Usina Hidroelétrica de Tucuruí: projeto Tucuruí. Brasília, DF: Centrais Elétricas Brasileiras: Centrais Elétricas do Norte do Brasil, 1987.

REDIG, Danielle. Município de Tucuruí: potencial turístico nacionalmente reconhecido.

Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/tucuru/asp>>. Acesso em: 9 jul. 2004.

---

<sup>42</sup> ELETRONORTE. Disponível em: <[http://www.eln.gov.br/pagina\\_28.htm](http://www.eln.gov.br/pagina_28.htm)>. Acesso em 10 set. 2004.

SANTOS, R.W.L.; BARBOSA, G de S.; OFUGI, J. Y. *Eletronorte e a evolução do mercado de energia elétrica na região amazônica e suas perspectivas sócio-econômicas*. Disponível em: <<http://www.eletronorte.gov.br/gpl.htm>> Acesso em: 10 ago. 2003.

TRUJILLO, E. *Responsabilidade do estado por ato lícito*. São Paulo: Editora de Direito, 1996. p.15.

USINA hidroelétrica de Tucuruí. Disponível em: <<http://www.themag.com.br/th415.htm>>. Acesso em: 12 set. 2003.